

## **I-TEMA: EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIREITOS HUMANOS**

### **II. JUSTIFICATIVA**

O grupo de estudo e trabalho em educação popular na Amazônia rural – GETEPAR, integra a Linha de Pesquisa “Educação Popular na Amazônia Rural”, pertencente ao Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP), que é vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará (CCSE-UEPA). O NEP, por meio desse Grupo, já vem realizando atividades político-pedagógicas na territorialidade rural desse município desde 2001, por meio de um trabalho de formação de educadores-alfabetizadores (as) populares e de alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas.

Em grande parte das comunidades rurais de São Domingos do Capim, existe uma violação profunda dos Direitos Humanos, desenhando, assim, uma territorialidade da negação e da exclusão dos direitos e da existência humana e social. Isso é característica presente na imensa parte da Amazônia rural brasileira. Todavia, nessa dinâmica sócio-espacial, gestam-se formas de organização popular e experiências de educação popular, que inscrevem e assinalam formas de resistência e reivindicação de direitos e de participação sócio-política na conformação das políticas públicas, demarcando, por conseguinte, a construção de novos espaços públicos e de cidadania, novas territorialidades em defesa dos Direitos Humanos e de Inclusão.

Nessa linha de horizonte de busca de novas experiências e práticas populares de educação em defesa dos Direitos Humanos, buscamos colocar em questão a necessidade e urgência da construção de novas relações entre Estado e sociedade civil com vista a realização de uma esfera pública democrática que garanta e afirme a participação, os direitos e a cidadania dos sujeitos dos sujeitos do campo e sua dignidade humana.

O município de São Domingos do Capim remonta os tempos de colonização do Brasil e da Amazônia desde o século XVIII (RODRIGUES e MOTA JUNIOR, 2004). Ele se localiza no nordeste do Estado do Pará e apresenta uma demografia populacional de mais de 30 mil habitantes, sendo

que dois terços ( $\frac{2}{3}$ ) de sua população encontram-se no espaço rural: 20 mil habitantes.

A base econômica predominante do município é de ordem rural e está vinculada à produção familiar da farinha de mandioca. Além dessa atividade produtiva, outras são desenvolvidas em menor escala e seguindo uma lógica diferenciada de produção e acumulação de capital: extração madeireira e pecuária, desenhando, assim, formas distintas e conflitivas de uso e de significado do território.<sup>1</sup>

Além desses setores econômicos, o setor de serviços e de comércio vem tomando força nesse município e instaurando novos formatos e lógicas de relações sociais, valores e representações sobre o uso do espaço e a construção da identidade cultural. Aqui está bem presente a idéia do comércio vinculada ao mundo urbano e da agricultura ao mundo rural, reforçando uma leitura simplista, desigual, dualista e excludente da relação entre o urbano e rural, na qual o primeiro é símbolo de *modernidade* (avanço) e o segundo símbolo de algo *tradicional* (atraso), exceto o agronegócio, que é o paradigma de desenvolvimento capitalista modernizante do espaço rural.

Essa dualidade *modernidade x tradição* é a marca de um ardil econômico-político-cultural e ideológico do mundo eurocêntrico-capitalista nascente como estratégia para dominação de outros povos, territórios, culturas etc. Para Enrique Dussel (1993), a origem dessa modernidade dá-se com “o encobrimento do outro”, com a sua dominação, dizimação, exclusão e desigualdade. Essa é a marca contraditória de uma modernidade perversa.

Na onda desse paradigma de pensamento e de política de gestão pública modernizante, é que se identifica um nefasto retrato da realidade de grande parte da população que vive no espaço rural desse município, da Amazônia e do restante do Brasil: a inexistência de saneamento básico e água tratada; de energia elétrica; de postos e unidades de saúde; de segurança pública; de transporte e rodovias. A educação, em muito, quando existe, vai da 1ª a 4ª

---

<sup>1</sup> Território é concebido, aqui, numa perspectiva relacional e integradora. Essa abordagem permite conceber o território nas suas várias dimensões (política, econômica, social e simbólico-cultural) e nas suas várias escalas (local, regional, nacional e global), construído no processo de transformação do espaço, que se faz no terreno das correlações de poder que se disseminam e se complexificam no tecido social da sociedade, inscrevendo e imprimindo, de acordo com os interesses e projetos em disputa, *territórios de emancipação e de servidão*.

séries na forma de escolas e classes multisseriadas.<sup>2</sup> Com isso, não é de se admirar que o índice de analfabetismo de pessoas jovens, adultas e idosas é alarmante e, conseqüentemente, o percentual de anos de escolaridade dessa população esteja bem abaixo da média nacional (IPEA/IBGE, 2008; 2006), o que contribuí para um baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), resultado de uma negação dos direitos elementares e básicos dessa população, que é “vista” e “ouvida” pelo Estado nos momentos de conveniência, sobretudo eleitoreira, onde reside a marca da *politicagem*, e não da *Política* de forma Ética.

Particularmente retratando as comunidades rurais-ribeirinhas do município de São Domingos do Capim, identificamos tanto traços característicos comuns como bastante heterogêneos, que desenham suas paisagens territoriais, identitárias sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais num mapa mais amplo e complexo da diversidade e inter/multiculturalidade das sociedades rurais amazônicas. No caso em particular, focalizaremos as comunidades: São José do S, São Bento, Trindade/Ourinho, que se localizam na região VIII Tauari.

Dentre os traços característicos comuns nessas comunidades, inexistem, em grande parte delas, por exemplo: saneamento básico; água tratada; unidades de saúde; energia elétrica (a energia, quando existe, é transmitida por meio de geradores a óleo ou à bateria). As estradas, principalmente em relação às comunidades São José do S e do São Bento, são precárias, de piçarra, cheias de ladeiras e de buracos. O transporte, quando existe, é a bicicleta, a montaria e o barco. Agora, as motos vêm fazendo parte da vida dessa comunidade com tímida freqüência. A habitação é precária; a segurança pública, mesmo com aumento da violência nessas localidades, ainda é irreal; a educação escolar, quando existe, vai, em grande parte, da 1ª a 4ª séries somente, realizada, por meio dessas escolas e classes multisseriadas. O

---

<sup>2</sup> As escolas e classes Multisseriadas constituem-se em espaços educativos em que um só professor ou professora atua ao mesmo tempo e no mesmo espaço atendendo educandos e educandas das quatro séries iniciais do ensino fundamental e até da educação infantil. Esses docentes acumulam várias funções: faxineiro, merendeiro, líder comunitário, diretor etc. A multissérie é eminentemente predominante no espaço rural brasileiro, cujo percentual é de 64%, somente em relação às escolas que oferecem o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries. Na região amazônica, esse percentual é de 71,7%, isso corresponde a 394.948 alunos, 46,6%. (INEP/MEC, 2002).

analfabetismo de pessoas jovens, adultas e idosas alcança parte significativa dessas populações.

Nessas comunidades, as relações sociais de produção são, em grande medida, de base familiar. A alimentação é proveniente da pesca, da caça, das criações (galinha, pato, porco), do extrativismo, principalmente do açaí; e dos cultivos plantados (mandioca, feijão, arroz, milho...), predominantemente para a própria subsistência da família e da comunidade. Nessas comunidades, essas relações sociais de produção centram-se, predominantemente, na agricultura do cultivo da mandioca, sendo a produção da farinha a atividade propulsora da economia, geradora de renda delas. Essa economia, todavia, gerada por elas não se caracteriza segundo a lógica do acúmulo de capital, ainda que dependente dela, uma vez que ela se sustenta em bases, predominantemente de subsistência, em que a solidariedade e a cooperação *entre e inter* familiares constituem-se como traços característicos dessas relações de trabalho. No entanto, essas relações sociais de produção são marcadas, patentemente, pelas precárias condições de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras rurais. Encontram-se submetidos a longas jornadas de trabalho, a extensas caminhadas (da casa até a roça e ao retiro e destes até aquela), utilizando instrumentos de trabalhos predominantemente manuais, que exigem bastante esforço.

Na fala de seu *Pisco*, da comunidade do São Bento, essas condições de trabalho ficam bem caracterizadas.

*Saio cinco horas da manhã (de casa) pra chegar lá (à roça e ao retiro) seis horas, 2 quilômetros a pé. Encontro dificuldade, porque agora tô ficando velho. E ir de bicicleta no ramal (estrada) tem que descer arrastando, por causa dos buracos e das ladeiras. Se for de pés, perde muito tempo e já puxa um pouco, sente cansada. (PISCO. CSB).*

Diante dessas condições precárias de trabalho, elas e eles são obrigados a vender sua produção por um preço bem abaixo do mercado para o marreteiro e/ou para o atravessador, os quais, pelo fato de terem um tipo de transporte (moto, *carro (girico)*, *barco*), acabam por realizar a comercialização da

produção nas cidades e nas *feiras dos agricultores* de outros municípios, conseguindo, portanto praticar um preço muito mais em conta.

Alexandre, alfabetizando da comunidade do São Bento expressa essas relações precárias de trabalho e desiguais de comercialização.

*Porque a gente não tem todo apoio. Porque a gente não tem o transporte pra leva o produto, pra vender lá fora, a gente vende aqui pra esse comerciante, chamado de marreteiro, ai ele compra o gênero da gente, pra se tornar mais fácil. Ai ele vai vender na cidade. A gente vende aqui (na comunidade) por 30 (reais) e ele vende lá (na cidade) por 50 (reais). (...) O transporte não vem porque a carga é pouca. A gente perde com certeza, porque uma saca de farinha, por exemplo, lá em Belém, tá custando 50, 52 reais de 60kg, aqui ela tá dando 30 reais. Então, a gente perde muito.*

As comunidades que se localizam à beira das estradas (ramais), distantes do rio, acabam, por conseguinte, enfrentando mais dificuldades para escolar e comercializar seus produtos, além da dificuldade de acesso aos bens e serviços. É relevante considerar, ainda, que a comunidade da Santíssima Trindade, em decorrência de sua localização á beira do rio, liga-a, de forma mais próxima, com o espaço urbano, possibilitando-lhe recebe mais assistência dos poderes públicos locais em relação àquelas que se situam nas estradas (ramais) distantes do rio.

No entanto, essa proximidade, entre essa comunidade e a cidade, intermediada pelo rio Capim, apresenta um caráter contraditório, posto que, assim como ela pode trazer benefícios para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho de suas populações, pode, também, contribuir significativamente para o processo de *desordenação social delas*, levando, assim, a perda do seu *tempo social próprio*, das *suas históricas tradições culturais* e da *apropriação dos recursos naturais*.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Para Conceição e Maneschy (2002, p. 155), esse processo de *Desordenação Social* está vinculado à um processo histórico, pois “a formação das sociedades amazônicas, segundo aquela explicação (‘ciclos’ ou ‘surtos econômicos’), esteve ligada aos chamados surtos de ocupação, que ocorriam ora em resposta à demanda externa de determinados produtos, ora à aplicação de políticas governamentais, ou à emergência

### III. Objetivos

- Construir uma práxis político-educativa, junto com as classes populares do campo do município, construindo outro movimento de educação e participação na vida política com vistas à garantia e ampliação de uma cidadania ativa e da democracia, dos direitos humanos e da inclusão.
- Fortalecer e ampliar a formação continuada dos educadores (as) populares do campo da Amazônia paraense visando o melhor desenvolvimento das atividades educativas;
- Construir um movimento local de sujeitos organizados para atuar em defesa dos direitos humanos assumindo a condição de protagonistas da história;

### IV. Metodologia

Em um primeiro momento o GETEPAR, realizou em diálogo com as populações locais uma pesquisa socioantropológica, a qual permitiu fazer um levantamento da realidade das comunidades rurais de SDC. Esse levantamento nos permitiu construir o projeto para delinear e nortear nossas ações.

Duas grandes metas estavam presentes nesse projeto:

- a)** construir e formar uma equipe de educadores (as) populares do próprio município (as), que pudesse trabalhar e desenvolver a alfabetização;
- b)** desenvolver a alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas do campo em três comunidades rurais. Em função, sobretudo da falta de financiamento do nosso projeto pela UEPA nos primeiros anos e da falta de apoio do poder público local, iniciamos somente o trabalho de formação de alfabetizadores (as) e, muito depois, conseguimos desenvolver alfabetização. Esse trabalho veio a se fortalecer e ampliar com a aprovação de nosso projeto pela UEPA durante três anos consecutivos 2003, 2004, 2005 (RELATÓRIO DO PROJETO DE ENSINO-NEP, 2004; 2006).

Como resultado dessa caminhada, o GETEPAR-NEP conseguiu construir uma equipe de educadores (as) populares do município, que, inclusive, criaram uma extensão do NEP no município; foram criadas turmas de alfabetização e seu desenvolvimento; foi criada uma rede de sujeitos coletivos, envolvendo movimentos sociais populares e sindicais, associações e outras entidades, o que vem desembocando na criação de um Fórum de Educação e Desenvolvimento do Campo de São Domingos do Capim, para debater, formular e acompanhar as políticas públicas. Esse debate e proposição já vem ocorrendo, sobretudo nos eventos (seminários e encontros) de educação e desenvolvimento do campo no município, que marcam e inscrevem um momento histórico singular para essa população, posto que nunca houve na história desse município um debate sobre as demandas dessas populações do campo, muito menos, *com* elas, no sentido de possibilitar a participação desses segmentos na esfera pública e definir os rumos das políticas públicas e de fortalecimento da democracia e da cidadania.

A partir de 2007, o GETEPAR-NEP aprovou seu projeto na MISEROIR, por meio do Setor de Educação Popular da Associação de Educação Católica (AEC), a fim de dar continuidade a essas ações nessas comunidades rurais-ribeirinhas. No presente momento, esse projeto foi reaprovaado para dar continuidade no ano de 2008 (segundo semestre) e início de 2009.

Entretanto, hoje, o grupo vem tentando manter as atividades que já vem desenvolvendo desde 2002, mas em face da falta de financiamento, tem sido muito difícil, considerando que o grupo não possui nenhum recurso para garantir que as atividades continuem com a periodicidade de antes.

## **V. Embasamento teórico que orientou o trabalho**

O Grupo toma como base teórico-metodológica para orientar o trabalho a concepção de educação humanista-libertadora de Paulo Freire e, mais particularmente, o Paradigma da Educação do Campo.<sup>4</sup> Em relação ao primeiro aporte teórico, encontramos nele as diretrizes teórico-metodológicos para construir e orientar nossas práticas socioeducativas em uma perspectiva humanista.

---

<sup>4</sup> Ver Coleção Por Uma Educação do Campo da *Articulação e Movimento Nacional Por Uma Educação do Campo*.

Entre essas diretrizes destacamos o *diálogo*, como sendo o momento em que os sujeitos do ato educativo participam democraticamente, se comunicam, socializam seus saberes, aprendem e ensinam. Uma relação de autêntico diálogo é aquela em que os sujeitos do ato de conhecer se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido (FREIRE, 2001).

A *pergunta* é outra diretriz freireana, que motivada pelo diálogo, permite que os sujeitos problematizem a realidade e construam o conhecimento. A pergunta freireana é o início da construção do conhecimento (FREIRE, 1985). Estar nela à ruptura com o silêncio que é autoritariamente perpetuado em nossas práticas cotidianas.

A *críticidade*, estimulada pelo ato de perguntar, possibilita aos sujeitos identificar as contradições presente na realidade em que estão inseridos e problematizá-la na busca da superação.

A *práxis*, entendida como um processo permanente de reflexão-ação do fazer educativo que potencializa aos sujeitos reorientar – se e reorientar as ações, no sentido de promover a mudança. “É reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2005, p. 42).

Além desse suporte teórico-metodológico o trabalho estar fundamentado no *paradigma da educação do campo* que por meio de um conjunto de sujeitos e instituições vem lutando para se consolidar como um projeto de campo e de sociedade, nesse sentido, há, segundo Caldart (2004, p. 20) a necessidade de “dialogar com a teoria pedagógica e as questões universais da educação. Esse diálogo se dá em torno de uma **concepção de ser humano**, cuja formação é necessária para a própria implementação do projeto de campo e de sociedade”.

A referida autora adverte que “o diálogo principal tem que ser com uma determinada tradição pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social” (p. 20), nesse sentido aponta, para estabelecer esse diálogo, três referências fundamentais que ajudarão a pensar e construir o projeto da educação do campo (CALDART, p. 20 e 21):

A primeira referência é do **pensamento pedagógico socialista** que será importante para compreender a relação entre educação e produção, a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva e a refletir sobre a dimensão da cultura como no processo histórico (p. 20).

A segunda referência é a **pedagogia do oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente da educação popular**, que incluem o diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão (a dimensão pedagógica da própria condição de oprimido) e da cultura (a cultura como formadora do ser humano), especialmente em Paulo Freire. Dentro desta perspectiva pedagógica, Caldart (2004, p. 21) afirma que: *a educação do campo talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, á medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e, por isso mesmo, educativo* (p 21).

A terceira referência é a **pedagogia do movimento. Esta vem se constituindo a partir das reflexões pedagógicas, recentes neste campo e**, também dialoga com as referências mencionadas anteriormente, mas se produz desde as experiências educativas dos próprios movimentos sociais do campo. Trata-se de uma tradição pedagógica cuja constituição teórica se dá no mesmo tempo histórico da educação do campo (p. 21).

Com base nesses referenciais acreditamos ser possível construir um projeto de campo e sociedade pautados em outra lógica que não seja a da lógica capitalista, a qual se orienta pelos princípios da individualidade, lucratividade e competição, mas um projeto que coloque como parâmetro o ser humano e se oriente pelos princípios da justiça, igualdade e solidariedade.

Nesse horizonte o grupo dialoga com outros referenciais dentro de uma perspectiva crítica e emancipatória. Articuladamente a esses referenciais, o Grupo vem aprofundando os estudos e práticas sobre a Amazônia, focalizando os seus diversos aspectos: sócio-espaciais, políticos, econômicos, culturais, ambientais.

## **VI. Potencial de impacto**

- Fortalecimento nas relações entre Estado e sociedade civil que garanta e afirme a participação, os direitos e a cidadania dos sujeitos do campo e sua dignidade humana.
- Potencializar o protagonismo dos sujeitos do campo na participação e construção coletiva da escola e da gestão;
- Garantir financiamento e investimento na educação com acesso, permanência e qualidade social.

## **VII. Resultados imediatos**

Como resultado dessa caminhada, o GETEPAR-NEP conseguiu construir uma equipe de educadores (as) populares do município, que, inclusive, criaram uma extensão do NEP no município; foram criadas turmas de alfabetização e seu desenvolvimento; foi criada uma rede de sujeitos coletivos, envolvendo movimentos sociais populares e sindicais, associações e outras entidades, o que vem desembocando na criação de um Fórum de Educação e Desenvolvimento do Campo de São Domingos do Capim, para debater, formular e acompanhar as políticas públicas. Esse debate e proposição já vem ocorrendo, sobretudo nos eventos (seminários e encontros) de educação e desenvolvimento do campo no município, que marcam e inscrevem um momento histórico singular para essa população, posto que nunca houve na história desse município um debate sobre as demandas dessas populações do campo, muito menos, *com* elas, no sentido de possibilitar a participação desses segmentos na esfera pública e definir os rumos das políticas públicas e de fortalecimento da democracia e da cidadania.

A partir de 2007, o GETEPAR-NEP aprovou seu projeto na MISEROIR, por meio do Setor de Educação Popular da Associação de Educação Católica (AEC), a fim de dar continuidade a essas ações nessas comunidades rurais-

ribeirinhas. No presente momento, esse projeto foi reaprovaado para dar continuidade no ano de 2008 (segundo semestre) e início de 2009.

No decorrer dessa andarilhagem, como parte do trabalho político-pedagógico, foram realizados os primeiros encontros de educação de jovens e adultos nessas comunidades rurais-ribeirinhas, a fim de pôr em cena e debate a realidade dessas populações e da Amazônia e visibilizar as “vozes” e “rostos” desses sujeitos na agenda política do poder público e das políticas públicas como garantia e afirmação de sua participação, de seus direitos e de sua cidadania. Mesmo não se elaborando um documento formal acerca desses encontros iniciais, para delinear algumas diretrizes de políticas públicas de educação do campo, os encontros demarcaram a sua relevância histórica e político-educacional e social, posto que fizeram emergir um movimento popular em defesa do direito à educação e à dignidade humana dessas populações do campo no município; provocaram um estranhamento e inquietaram essas populações na defesa e luta pelos seus direitos, assim como deu mais legitimidade para nosso trabalho com as classes populares do campo. Ao refletirmos coletivamente sobre os avanços e limites desses encontros, lançamos o desafio de realizar o I Seminário de Educação do Campo e Desenvolvimento Local Sustentável do Município de São Domingos do Capim, em fevereiro de 2005. Para esse evento, mobilizamos e articulamos um conjunto de segmentos da sociedade civil e do poder público municipal, estadual e federal. Esse I Seminário foi transformado em Seminário Regional do Nordeste Paraense como preparação para II Seminário Estadual de Educação do Campo do Estado do Pará, que ocorreria em julho desse ano, isto é, esse I Seminário foi colocado como parte da Agenda de Ações do Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural da Amazônia (FPEC). Esse I Seminário foi realizado na sede do município e reuniu, aproximadamente 200 pessoas, envolvendo movimentos e organizações sociais populares e sindicais, associações, conselhos gestores de políticas públicas, prefeitura municipal, secretaria municipal de educação, secretaria estadual de educação, programa nacional de educação em área de reforma agrária (PRONERA), o Fórum Paraense de Educação do Campo, universidades, professores e professoras do campo; educandos (as) das

escolas do campo. A participação das populações do campo foi em massa. Nesse seminário, a partir da dinâmica dos Grupos de Trabalho, foi elaborada coletivamente e aprovada em plenária uma Carta de Intenções sobre a Educação e Desenvolvimento do Campo de São Domingos Capim, delineando diretrizes de políticas públicas para educação do município/estado. As propostas e orientações desse encontro retiradas foram apresentadas e defendidas no II Seminário Estadual de Educação do Campo, no qual se elaborou um documento estadual (Carta de Intenções), que foi entregue para o governo estadual e federal. Dentre essas diretrizes político-pedagógicas, destacamos a Gestão democrática das escolas do campo, a fim de firmar a relação escola-comunidade e potencializar o protagonismo dos sujeitos do campo na participação e construção coletiva da escola e da gestão; Garantia de financiamento e investimento na educação; Garantia da educação infantil, do ensino fundamental e médio, além da educação de pessoas jovens, adultas e idosas nas escolas do campo com acesso, permanência e qualidade social; Construção coletiva do plano municipal de educação e definição de diretrizes próprias da educação do campo, relacionada e integrada com a educação da sede do município; Política de valorização e formação continuada de professores (as) do campo, a fim de possibilitar melhor qualidade do processo de ensino-aprendizagem; Implementação de desenho curricular que expresse e valorize a realidade das populações do campo, seus saberes, culturas, identidades, relações produtivas e forme sujeitos críticos, tendo em vista sua qualidade digna de vida. Com base nessas orientações propositivas, pode-se perceber o avanço e dimensão que o trabalho político-educativo alcançou reconfigurando a trama local das relações de poder e dos campos políticos (DUSSEL, 2007) germinando sementes de inserção de novos sujeitos, de uma cultura política de participação e cidadania ativa na (re) construção da relação Estado e sociedade civil e da esfera pública de forma democrática em defesa dos Direitos Humanos e da Inclusão. Na busca de ampliar e fortalecer a participação desses sujeitos do campo no debate, na formulação e controle social das políticas públicas em educação e na dignidade de suas condições de vida humana, realizamos, em maio de 2007, o II Seminário Municipal de Educação do Campo de São Domingos do Capim, envolvendo um conjunto diverso de sujeitos coletivos e do poder público. Esse II Seminário, novamente

foi realizado na sede do município e reuniu aproximadamente 250 pessoas, envolvendo movimentos e organizações sociais populares e sindicais, associações, conselhos gestores de políticas públicas, prefeitura municipal, secretaria municipal de educação, secretaria estadual de educação, por meio do setor de educação do campo; o Instituto de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA), o programa nacional de educação em área de reforma agrária (PRONERA), o Fórum Paraense de Educação do Campo, universidades, professores e professoras do campo; educandos (as) das escolas do campo. Esse evento, contudo, apresentou um diferencial em relação ao anterior: uma plataforma de diretrizes políticas mais criteriosa e mais bem elaborada coletivamente. Isso possibilitou dar uma qualidade e amplitude às ações e reivindicações apresentadas pelos sujeitos do campo em relação à política de educação e de desenvolvimento do campo do município, pautando uma agenda a partir da iniciativa e das reais necessidades dessas populações, movimentos e organizações sociais populares do campo.

#### **VIII. Perspectivas de continuidade e sustentabilidade do trabalho.**

Partindo da dramática situação de negação e exclusão dessas comunidades rurais-ribeirinhas de São Domingos do Capim, como parte de um retrato menor da realidade Amazônica e brasileira focalizamos a continuidade e sustentabilidade da experiência de Educação Popular do Campo do NEP, por meio do GETEPAR, como uma práxis político-educativa que vem, junto com as classes populares do campo do município, lutando e buscando construir outro movimento de educação e participação na vida política com vistas à garantia e ampliação de uma cidadania ativa e da democracia, dos direitos humanos e da inclusão. Neste sentido, lançamos mão de parcerias entre o poder público, instituições de ensino, movimentos sociais, entidades internacionais entre outros na perspectiva de fortalecer o caminhar do programa.